



Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 30, DE 27 DE MAIO DE 2002

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a subdelegação de competência de que trata a Portaria nº 4, de 8 de junho de 1999, do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, e  
Considerando a necessidade de adequação da modalidade de aplicação dos recursos orçamentários face a modificações inerentes ao processo de execução, resolve:  
Promover, na forma do anexo a esta Portaria, as alterações nas modalidades de aplicação das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério do Meio Ambiente, de acordo com o art. 39, inciso II da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001.

ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO

ANEXO		R\$ 1,00					
UNIDADE/PROGRAMA DE TRABALHO	DISCRIMINAÇÃO	REDUÇÃO			ACRÉSCIMO		
		MODALIDA-DE	FON-TE	VALOR	MODALIDA-DE	FON-TE	VALOR
44101 - ADM. DIRETA				2.942.793			2.942.793
18.541.0511.2930.0001.9999	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	3390	0185	27.000	3380	0185	27.000
18.541.0502.2323.0010.9999	FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA - PPG7			915.793			915.793
		3340	0195	108.776	3350	0195	108.776
		3340	0195	27.261	3330	0195	27.261
		3390	0195	190.273	3330	0195	190.273
		4430	0195	115.790	4440	0195	115.790
		4450	0195	225.077	4430	0195	225.077
		4490	0195	62.976	4430	0195	62.976
		4450	0195	118.378	4440	0195	118.378
		4490	0195	7.062	4440	0195	7.062
		4490	0195	60.199	4430	0195	60.199
18.541.0502.3026.0010.9999	PROTEÇÃO ÀS FLORESTAS TROPICAIS DA AMAZÔNIA - PPG7			2.000.000			2.000.000
		3390	0195	267.771	3340	0195	267.771
		3390	0195	117.841	3350	0195	117.841
		3390	0195	232.548	3390	0195	232.548
		3390	0195	1.381.840	3330	0195	1.381.840
-	TOTAL	-	-	2.942.793	-	-	2.942.793

(Of. El. nº 587/2002)

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, em conformidade com a Resolução nº 044, de 26 de fevereiro de 2002, torna público que a Diretoria Colegiada resolveu, em sua 46ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de maio de 2002, outorgar os seguintes direitos de uso de recursos hídricos, aos doravante denominados outorgados, na forma dos extratos abaixo, que entram em vigor na data de sua publicação. Os usos ora Outorgados estarão sujeito à cobrança. Essas outorgas poderão ser suspensas em observância ao art. 15, incisos III e V da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e o art. 24 da Resolução nº 16, de 8 de maio de 2001, do CNRH. Essas e as demais informações referentes às outorgas emitidas encontram-se disponíveis no site: www.ana.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 99, DE 14 DE MAIO DE 2002, referente ao Processo nº 02000.000061/2001-91 e Nota Técnica nº 57, de 25 de abril de 2002, outorga a Ciro Lima dos Santos, CPF nº 337.694.356-72, o direito de captar água no Rio São Francisco, por cinco anos, com finalidade de irrigação e abastecimento da propriedade por meio de aspersão e microaspersão, numa área total de nove hectares, no Sítio Praia, no Município de Matias Cardoso/Manga, Estado de Minas Gerais, com as seguintes características: I - coordenadas geográficas do ponto de captação: 14º 48' 00" de Latitude Sul e 43º 55' 21" de Longitude Oeste; II - vazão máxima de captação: 50,0 m³/h (13,89 L/s), durante 19h/dia, 20 dias/mês.

RESOLUÇÃO Nº 100, DE 14 DE MAIO DE 2002, referente ao Processo nº 02501.001517/2001-90 e Nota Técnica nº 55, de 23 de abril de 2002, outorga a Paulo Henrique Macena Braga, CPF nº 507.050.756-72, o direito de captar água no Rio São Francisco, por cinco anos, com finalidade de irrigação por meio de aspersão, numa área total de quinze hectares, na Fazenda Jatobá, no Município de Ubaí, Estado de Minas Gerais, com as seguintes características: I - coordenadas geográficas do ponto de captação: 16º 24' 57" de Latitude Sul e 45º 02' 48" de Longitude Oeste; II - vazão máxima de captação: 44,0 m³/h (12,22 L/s), durante 15h/dia, 30 dias/mês.

RESOLUÇÃO Nº 101, DE 14 DE MAIO DE 2002, referente ao Processo nº 02501.000051/2001-13 e Nota Técnica nº 56, de 25 de abril de 2002, outorga a Erotides Ferreira da Costa, CPF nº 016.288.286-68, o direito de captar água do Reservatório de Três Marias, no Rio São Francisco, por cinco anos, com finalidade de irrigação por meio de aspersão por pivô central, numa área total de trinta e sete hectares, na Fazenda Campestre, no Município de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais, com as seguintes características: I - coordenadas geográficas do ponto de captação: 18º 34' 24" de Latitude Sul e 45º 25' 00" de Longitude Oeste; II - vazão

máxima de captação: 145,0 m³/h (40,28 L/s), durante 21h/dia, 25 dias/mês.

RESOLUÇÃO Nº 102, DE 14 DE MAIO DE 2002, referente ao Processo nº 02501.000055/2001-93 e Nota Técnica nº 58, de 25 de abril de 2002, outorga a Aníbal Rufino dos Santos, CPF nº 035.055.966-04, o direito de captar água do Reservatório de Três Marias, no Rio São Francisco, por cinco anos, com finalidade de irrigação por meio de aspersão por pivô central, numa área total de trinta e nove hectares e quinze ares, na Fazenda Bom Jardim, no Município de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais, com as seguintes características: I - coordenadas geográficas do ponto de captação: 18º 40' 13" de Latitude Sul e 45º 19' 47" de Longitude Oeste; II - vazão máxima de captação: 160,0 m³/h (44,44 L/s), durante 20h/dia, 25 dias/mês.

RESOLUÇÃO Nº 103, DE 14 DE MAIO DE 2002, referente ao Processo nº 02501.000115/2001-78, outorga à Prefeitura Municipal de Águas Vermelha, CNPJ nº 18.414.581/0001-73, o direito de captar água do Reservatório Machado Mineiro, situado no Rio Pardo, por vinte e oito anos, com finalidade de abastecimento público, das localidades de Furadinho, Jatobazinho, Machado Mineiro, Mocô, Engenho, Paraguá e Campo Novo, no Município de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais, com as seguintes características: I - I - localidades de Furadinho e Jatobazinho; a) coordenadas geográficas do ponto de captação: 15º30'01" de Latitude Sul e 41º31'01" de Longitude Oeste; b) vazão máxima de captação: 3,6m³/h (1L/s), no máximo 8h/dia e 30 dias/mês; II - localidades de Machado Mineiro, Mocô, Engenho e Paraguá; a) coordenadas geográficas do ponto de captação: 15º31'01" de Latitude Sul e 41º30'00" de Longitude Oeste; b) vazão máxima de captação: 64,8m³/h (18L/s), no máximo 16h/dia e 30 dias/mês; III - localidade de Campo Novo; a) coordenadas geográficas do ponto de captação: 15º31'01" de Latitude Sul e 41º32'00" de Longitude Oeste; b) vazão máxima de captação: 10,8m³/h (3L/s), no máximo 16h/dia e 30 dias/mês.

RESOLUÇÃO Nº 107, DE 17 DE MAIO DE 2002, referente ao Processo nº 02000.006024/2000-14 e Nota Técnica nº 51, de 11 de abril de 2002, outorga a José Rodrigues Ramos, CPF nº 326.669.935-15, o direito de captar água no Rio São Francisco, por três anos, com finalidade de irrigação por meio de sulcos, numa área total de sete hectares, na Roça Curralinho, no Município de Juazeiro, Estado da Bahia, com as seguintes características: I - coordenadas geográficas do ponto de captação: 09º 05' 07" de Latitude Sul e 40º 16' 13" de Longitude Oeste; II - vazão máxima de captação: 70,28 m³/h (19,52 L/s), durante 10h/dia, 26 dias/mês.

JERSON KELMAN

(Of. El. nº 428/2002)

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE  
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
GERÊNCIA EXECUTIVA I NO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 2, DE 24 DE MAIO DE 2002

A GERENTE EXECUTIVA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, em Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 132 do Regimento Interno do IBAMA, aprovado pelo Decreto 3.833 de 05 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 06/06/2001 e a Portaria de Designação Nº 1043, de 05 de julho de 2001, publicada no D.O.U. de 17/07/2001,

Considerando as disposições da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, do Decreto nº 2.661, de 08 de julho de 1998 e da Portaria Normativa nº 94-N, de 09 de julho de 1998;

Considerando o que constam nos processos administrativos IBAMA nº 02014.002525/01 e 02014.002933/01;

Considerando a necessidade de disciplinar e ordenar o uso do fogo como fator de produção e manejo em áreas de atividades agrícolas, pastoris ou florestais no pantanal de Mato Grosso do Sul, resolve:

Art. 1º - A autorização para queima controlada preventiva no Pantanal será obtida junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ou em Órgão por ele autorizado, pelo interessado, ou através de entidade de classe, sindicato, associação, cooperativa entre outros, ao qual seja filiado.

Parágrafo Primeiro - A autorização de queima controlada preventiva no Pantanal somente será fornecida por região, em período tecnicamente favorável definido previamente pela Embrapa Pantanal em conjunto com as entidades de classe representativas dos produtores rurais.

Parágrafo Segundo - Entende-se por queima controlada preventiva no pantanal aquela utilizada para eliminar a macega ou gramíneas não consumidas pelo gado em determinado estágio do seu desenvolvimento, existentes em pastagens nativas da região.

Art. 2º - Previamente à operação de emprego do fogo, o interessado na obtenção da autorização de que trata o Art. 1º deverá:

I.definir as técnicas, os equipamentos e a mão-de-obra a serem utilizados;

II.fazer o reconhecimento da área e avaliar o material a ser queimado;

III.promover o enleiramento dos resíduos de vegetação, de forma a limitar a ação do fogo;